

Relações Brasil-EUA oscilam entre o diálogo e a indiferença

O governo Dilma Rousseff inicia com declarações de boa vontade e promessas de amizade renovada entre Brasil e Estados Unidos. Às vésperas da visita do presidente americano, Barack Obama, ao país são marcadas pela divulgação dos interesses comuns na exploração do petróleo do pré-sal, na promoção de investimentos em terceiros países, no estímulo ao comércio bilateral e na cooperação em matéria de educação, cultura, ciência e tecnologia. Mas é preciso empenho verdadeiro dos dois governos para que os principais interesses dos dois países sejam atendidos nesse esforço de reaproximação.

A relação entre Brasil e Estados Unidos, como bem definiu Mônica Hirst em estudo para a Fundação Getúlio Vargas, oscilou nos últimos 200 anos entre o diálogo amistoso e a indiferença sutil. Nem o maniqueísmo e as alianças automáticas da Guerra Fria conseguiram garantir alinhamento incondicional entre os dois países, que viveram períodos de aproximação e distanciamento, algumas vezes carregados de atritos.

A primeira grande aproximação com os EUA, ainda nos tempos do Barão do Rio Branco, patrono da diplomacia brasileira, se deu quando o sistema mundial multipolar anunciava a decadência das potências europeias e, como nota Hirst, os americanos ainda não eram a potência hegemônica em que se tornariam. A história dos primeiros 60 anos do século XX tem momentos de forte ligação, frustrações e afastamento. Mesmo o regime militar, inaugurado sob o lema "o que é bom para os EUA é bom para o Brasil", terminou assistindo a desentendimentos bilaterais, em questões como direitos humanos e patentes. A Nova República nasceu com queixas dos americanos contra a moratória brasileira; a recusa brasileira, em 1979, a apoiar as sanções defendidas pelos EUA contra a União Soviética pela invasão do Afeganistão; e a assinatura de acordos de cooperação com os autoritários governos soviético e chinês.

A consulta aos relatos históricos é conveniente para lembrar que, mesmo em épocas de decidida busca de boas relações, diferenças de interesses e condições internas minaram as intenções dos governantes. Como lembra Mônica Hirst, mesmo mais recentemente, no governo Fernando Henrique Cardoso, marcado por excelentes relações com a Casa Branca e pelo fim de contenciosos renitentes como a questão da propriedade intelectual, com a nova Lei de Patentes, atritos provocados por ações protecionistas dos EUA levaram diplomatas brasileiros a dizer que as relações comerciais dos dois países haviam atingido "o pior momento" em 30 anos.

Um começo promissor, no governo Lula, quando o presidente brasileiro encontrou uma imprevista empatia com o conservador George Bush, também foi atropelado por desentendimentos na negociação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e, principalmente, pela participação ativa do Brasil nas discussões em torno do programa nuclear do Irã - pontuada por declarações de solidariedade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao polêmico presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad.

Hoje, ambos os governos parecem querer baixar o perfil dos desentendimentos políticos, e a necessidade de buscar mercados para sua indústria impulsiona os EUA a olhar com maior interesse para o sucesso emergente do Brasil. A relativa racionalidade na gestão econômica e previsibilidade nas relações com o mundo também destacam o país entre os vizinhos maiores, alguns mergulhados em projetos erráticos de gestão estatal e iniciativas hostis ao mercado. São trunfos que não devem ser desperdiçados pelo Brasil.

As dificuldades do governo Obama para aprovar acordos de livre comércio com países como Colômbia e Coreia mostram os limites impostos pelo Congresso americano aos compromissos do Executivo. Mas os maiores obstáculos à realização das promessas de estreitamento de laços econômicos e comerciais entre os dois países estão no Brasil mesmo, e independem de acordos: o que mais impede as indústrias brasileiras de aproveitar, como outros países, a razoável abertura do mercado dos EUA são os pecados brasileiros, o custo Brasil, com seus tributos carregados, infraestrutura deficiente, juros altos que levam a uma moeda demasiadamente valorizada, burocracia excessiva e falta crônica de investimento. O ataque a

esses problemas fará mais efeito para a competitividade brasileira do que qualquer acordo a ser assinado com o ilustre visitante vindo de Washington.

Fonte: Valor Econômico, São Paulo, 9 mar. 2011, Primeiro Caderno, p. A10.

A utilização deste artigo é exclusiva para fins educacionais